

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 1360

DATA : 15 03 91

PG. : 1-13

Excerto do "Projeto de Reconstrução Nacional" apresentado pelo presidente Collor, BSB, 14.03.91

POPULAÇÕES INDÍGENAS

A defesa dos direitos e a preservação dos costumes e tradições das comunidades indígenas é uma das preocupações fundamentais do Governo.

Ao assumir seu mandato, o Governo encarou o desafio de promover uma política indigenista que, apoiada nos princípios da Constituição, evitasse os erros que se verificaram no passado, sobretudo aquelas que impuseram assimilações forçadas e empobrecedoras.

Por isso, o modelo de ação que o Governo vem aplicando tem por objetivo a afirmação do direito dos

índios de manter e desenvolver sua identidade cultural própria, a promoção do desenvolvimento auto-sustentado das comunidades, e sua interação harmoniosa com a comunidade nacional enquanto grupos diferenciados. A diversidade cultural é uma das principais riquezas do País. O Estado assumiu, consequentemente, o dever e a responsabilidade de preservar esse patrimônio e desenvolvê-lo em toda a sua plenitude.

A nova face da política indigenista se traduziu em ações que lograram o reconhecimento imediato das populações interessadas, da sociedade nacional e entidades internacionais.

O Presidente da República encaminhou diretamente as decisões mais urgentes. Foram realizadas ações emergenciais em atendimento a grupos específicos. Logrou-se reduzir drasticamente a presença de garimpeiros e invasores nas terras indígenas, bem como melhorar substancialmente as condições de saúde dos grupos mais afetados pelo contato com não-índios.

Determinou-se a modernização do órgão responsável pela assistência aos índios, e a elaboração de estudos e propostas para a revisão do Estatuto do Índio com vistas a adequá-lo aos preceitos da Constituição.

Na consecução dos objetivos traçados, entende o Governo que é preciso remodelar o regime tutelar, mediante maior ênfase nas obrigações do Estado na demarcação das terras indígenas e sua regularização fundiária. Têm igualmente prioridade a adoção de medidas de proteção ao meio ambiente nas áreas indígenas e a execução de programas de educação, assistência médica e promoção do bem-estar comunitário.

A garantia da terra é essencial para os índios. A Constituição assegura-lhes a posse permanente e usufruto exclusivo sobre os recursos naturais nas áreas que tradicionalmente ocupam, e determina que todas as terras indígenas sejam demarcadas até 1993. O governo está determinado a fazer cumprir esse prazo e, para tanto, estabeleceu novos procedimentos que trarão agilidade ao processo de demarcação, inclusive com a participação assegurada das populações indígenas envolvidas. Essa tarefa estará cumprida dentro do prazo constitucional com a demarcação definitiva das terras ocupadas pelos 240 mil silvícolas brasileiros, cobrindo uma extensão de cerca de 80 milhões de hectares, o que corresponde a quase 10% do território nacional. O Estado deverá promover nessas áreas as condições necessárias para a gestão do patrimônio indígena pelas próprias comunidades.

O governo é o primeiro interessado em preservar a cultura indígena, fator absolutamente decisivo na definição da nacionalidade brasileira. As culturas indígenas, pela sua originalidade e pelas lições que encerram, alcançam significação universal. Sua preservação assume relevância especial no contexto da valorização da cidadania em todas as suas dimensões, em benefício do projeto do reconstrução nacional.